

# Alterações Climáticas

## Um desafio para a Salvaguarda do Património Cultural

Isabel Raposo Magalhães | Museu Nacional dos Coches | [magalhaes.isabel@gmail.com](mailto:magalhaes.isabel@gmail.com)

*“Climate change is fast becoming one of the most significant risks for World Heritage Sites.”*

UNESCO and the Union Concerned Scientists 2016 Report  
“World Heritage and Tourism in a Changing Climate”

*Há 30 anos o ICOMOS, com o apoio da UNESCO, organizou a “Conference on the Changing Atmosphere” (Toronto, 1988), que precedeu a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, assinada no Rio de Janeiro (1992). Iniciava-se um longo percurso de negociações (incluindo o Protocolo de Quioto, 1997) que culminaria com a assinatura do histórico Acordo de Paris (2015) onde 195 países se obrigaram a adoptar medidas de redução de gases de “efeito estufa” para tentar minorar os efeitos do aquecimento global.*

**U**m feito histórico, pois os modelos de previsão de sistemas climáticos projectavam, para as décadas seguintes, o aumento do número de “situações extremas”: tempestades violentas e inesperadas, chuvas torrenciais, incêndios florestais, deslizamentos de terrenos e derrocadas no litoral, ondas de calor e picos de poluição. E as catástrofes naturais, devastadoras no passado, tendem a ganhar acuidade num mundo cada vez mais urbanizado.

A Agência Norte Americana para os Oceanos e a Atmosfera (NOAA) considerou 2017 como o ano recorde das catástrofes naturais (306 mil milhões de estragos só nos EUA): os vários furacões, o terramoto do México, as violentas inundações na Ásia, no Centro e Norte da Europa, os catastróficos incêndios em Portugal...

As alterações climáticas, os desastres naturais e o seu impacto nos bens culturais são, pois, tema de reflexão e uma das principais preocupações das organizações ligadas à salvaguarda do Património.

Têm-se multiplicado reuniões a nível mundial sobre prevenção de catástrofes. Destacam-se a 1.ª Cimeira sobre Património Cultural e Preparação de Riscos (ICOMOS/UNESCO, Quebec 1996) depois das inundações de Saguenay, e a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (ONU, Kobe 2005) um mês após o devastador tsunami que assolou o Pacífico, onde foram aprovados a Declaração de Hyogo, e o Quadro de Acção para a Redução de Riscos de Catástrofes (2005-2015).

A redução de riscos e vulnerabilidades, a criação de plataformas nacionais, a produção de legislação específica e o desenvolvimento de uma cultura de resiliência foram considerados eixos estratégicos a implementar, assentes no conhecimento científico (identificar, avaliar, monitorizar os riscos), na optimização de sistemas de detecção e alerta precoce e no reforço de programas de emergência e de resposta efectiva.

A este respeito é interessante ver as conclusões do estudo do impacto das alterações climáticas nos monumentos, sítios arqueológicos,

parques e jardins históricos em Inglaterra, levado a cabo por May Cassar, partindo de cenários e projecções com base em observações e séries longas de dados meteorológicos.

Em 2007, a UNESCO publicou um relatório sobre previsão e gestão dos impactos das alterações climáticas no Património Cultural de forma a apoiar os Estados a tomar medidas adequadas de prevenção e resposta. Por seu lado, a Organização das Nações Unidas, no âmbito do Quadro de Hyogo, lançou em 2009 a campanha “Construindo Cidades Resilientes”, de apoio às comunidades, criando e divulgando um conjunto de boas práticas que lhes permitam melhor enfrentar, resistir e recuperar de situações de desastres naturais. Amadora, Cascais, Lisboa, Funchal, Setúbal são algumas das cidades que aderiram, investindo em projectos de prevenção contra riscos de deslizamento de terras, derrocadas, medidas anti-sísmicas, de alerta a tsunamis, mitigação de inundações, etc.

No entanto, a incorporação do Património Cultural nas plataformas e políticas de gestão de



riscos só se faria mais tarde, com o Quadro de Referência Estratégica para a Redução de Riscos de Desastres de Sendai (2015-2030). Finalmente, é reconhecido o seu valor incalculável e insubstituível e a imensa perda, ao nível da história, memória e identidade, sem esquecer a perda financeira (diminuição de rendimentos turísticos, financiamento da reconstrução e reabilitação), que representaria a sua destruição ou desaparecimento. Sendai estabelece eixos prioritários: o investimento na resiliência e redução de riscos, e, sobretudo, o estudar e compreender os riscos: avaliar, registar, partilhar informação sobre os desastres e perdas patrimoniais.

Assim, qualquer política de mitigação de desastres sustentável tem de assentar no conhecimento específico e cartográfico dos riscos e das vulnerabilidades do Património, na preparação da emergência (planos de segurança, formação, treinos, simulações) e em boas práticas de actuação que se adquirem com as “lições aprendidas” e os registos de informação (preferencialmente bases de dados) de situações passadas.

A cooperação com os serviços de protecção civil, com os institutos sectoriais especializados (meteorológico, geológico, sísmico, etc.) e com as universidades é indispensável, não esquecendo os organismos internacionais ligados à salvaguarda do Património: ICCROM, ICOMOS, ICOM... cuja experiência e conhecimento são uma enorme mais valia. A eles se deve a publicação de manuais, muitos *on line* sobre gestão de riscos, planos de segurança, gestão do desastre, procedimentos de evacuação de obras de arte, bem como a organização periódica de cursos estruturados para o desenvolvimento de competências na preparação e resposta a situações de crise.

Para prever, prevenir e actuar eficazmente é necessário estudar, em termos históricos, a frequência, a tipologia, as características e os efeitos dos incidentes que afectam os

bens culturais. Porque os riscos naturais são, muitas vezes, recorrentes, se os analisarmos no tempo longo da História. E há situações de risco que se repetem inexoravelmente: a maior parte dos incêndios em museus e monumentos surgem na sequência de obras ou em alterações impostas aquando da realização de exposições temporárias.

Sismos e inundações são fenómenos cíclicos, com intervalos mais ou menos longos, para os quais a maioria dos países se prepara de forma a mitigar os seus efeitos e controlar as perdas e danos. Japão, Índia, Haiti, Chile, Nepal, Itália têm sido repetidamente devastados por sismos com alto grau de destruição patrimonial, para além de perdas de vidas, nas últimas décadas. Com o apoio de organizações internacionais como a UNESCO, ICOMOS e ICCROM foram-se aperfeiçoando mecanismos de prevenção e resposta. Alguns destes casos foram apresentados na conferência internacional: “Património Cultural: Prevenção, Resposta e Recuperação de Desastres”, Fundação C. Gulbenkian, Novembro 2016.

No que diz respeito a inundações, tornaram-se uma realidade anual fustigando bibliotecas, arquivos, museus e os centros históricos de muitas cidades, sobretudo na Europa Central. Entre nós, as imagens das Baixa de Lisboa e Porto alagadas, bem como de outras cidades no litoral, são uma constante.

É fundamental aprender com as lições da História. A cidade de Paris desde a catastrófica inundações de 1910, quando o Sena atingiu a marca recorde dos 8,60 m, começou a preparar-se para a nova cheia do século, prevenindo espaços de reservas alternativas para os museus à beira do rio e implementando planos contra inundações.

O Plano do Museu do Louvre implicou o inventário das obras em risco, a instalação de bombas de extracção, a formação de equipas

de profissionais e exercícios de simulação de forma a poderem rapidamente evacuar as zonas inundáveis. O que viria a acontecer em Junho de 2016, quando a alarmante subida das águas do rio obrigou à maior operação de evacuação desde a Segunda Guerra. Em dois dias moveram mais de 35 mil peças das zonas inundáveis para os pisos superiores. O que demonstra um notável trabalho de preparação e de organização<sup>1</sup>.

Na gestão das crises as “lições aprendidas” são imprescindíveis. O conhecimento dos riscos das colecções é fundamental, mas o passado não traz todas as respostas. Há sempre imprevistos: a evolução dos edifícios, do urbanismo (construções em leitos de cheias ou de deslizamento de terrenos, impermeabilização dos solos), até as características dos desastres vai mudando. Por isso é tão importante a prevenção, a formação, o treino (simulações periódicas), o interiorizar e mecanizar procedimentos de resposta para minorar situações de imprevisto ou de pânico.

Planeamento, prevenção, cooperação são palavras-chave que poderão contrariar a inevitabilidade de uma maior exposição a riscos se traduzir numa vulnerabilidade acrescida do Património Cultural ■

*\*Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.*

#### NOTA

1. [https://drive.google.com/drive/folders/0B-6cO1J0ssb\\_1Sm8tOGI3eDhhck0](https://drive.google.com/drive/folders/0B-6cO1J0ssb_1Sm8tOGI3eDhhck0)

- 1 | *Rossio, 2010.*  
© Joana Santa Marta
- 2 | *Pedrogão, 2017.*
- 3 | *Santa Clara-a-Velha.*  
© DRCC